CAPÍTULO I

COMEÇAR O TRAJETO

I.I A PENITENCIÁRIA FEMININA DA CAPITAL

Naquela terça-feira de 2011, ao final de uma revista burocrática e branda, recolhi meus pertences, passei pelo detector de metais (que estava desligado) e segui para a área dos pavilhões administrativos. Entrei no departamento de reabilitação para avisar às assistentes sociais, psicólogas e pedagogas que compunham o setor que eu havia chegado. Perante os diretores de disciplina e segurança daquela instituição, e frente à Secretaria da Administração Penitenciária do estado, estas profissionais estavam responsáveis pela minha presença na unidade. Eu, portanto, devia me reportar a elas quando chegava e quando saía da prisão. Após este trâmite, faltava ainda mais um portão para atravessar, o último antes de acessar o pátio externo aos pavilhões de moradia da Penitenciária Feminina da Capital.

Apresentei-me mais uma vez na guarita. Já não portava nenhum documento em mãos, apenas caderno, canetas e o gravador de voz, tudo previamente revistado. Cumprimentei Joaninha, agente de segurança em plantão na portaria que dividia administração e convívio da PFC. Funcionária antiga, Joaninha era uma das que diziam nunca transitar pelos caminhos de terra do assombrado Parque da Juventude. Como de costume, perguntou-me de conhecidas em comum, voluntárias da Pastoral Carcerária, de minha família e comentou acerca das liberdades e prisões que haviam ocorrido durante a semana.

> A Maria foi embora. Você sabia? Estou preocupada, ela não tem família em São Paulo. Está dormindo na rua. Eu até levei um cobertor para ela no posto de gasolina onde ela dorme à noite. Agora, essa semana chegaram umas chinesas aí. Elas não sabem falar nada de língua nenhuma. Você conhece alguém que fale a língua delas? Ah, e você não sabe quem saiu e já tá de volta!…

sobre_casos_05.indd 53 15/10/2018 10:52

A passagem por aquela guarita, guichê de registros dos nomes e identificações das pessoas que entram e saem da prisão, não dependia do porte de papéis e cédulas, mas de repertórios de conhecimentos acerca da própria prisão. A revista de Joaninha era mais demorada e sofisticada a seu modo. Ao final, o êxito no processo imposto por Joaninha traduzia-se pela abertura do portão e pelo som de sua voz desejando um bom trabalho enquanto suas mãos entregavam uma filipeta de Santo Expedito, o santo das causas impossíveis. Joaninha, contudo, ainda tinha de cumprir os roteiros institucionais. Como as agentes de segurança do balcão de entrada, ela anotava meu nome e os horários de entradas e saídas em um livro de registros de capa preta.

Com a filipeta do Santo Expedito em mãos, segui enfim para a escola. Era lá o espaço que eu ocupava quando entrava na unidade penitenciária a partir das documentações que me atestavam como pesquisadora/antropóloga da Unicamp. Naquele mesmo dia, Lola me aguardava ansiosa e com os olhos vermelhos bem na porta da escola. Eu não pretendia falar com ela. Queria dar continuidade às conversas com as irmãs Denise e Danielle, pois, em decorrência de um castigo auferido a mais velha por porte de celular,[115] havia ficado impossibilitada de encontrá-las por mais de um mês. Assim que vi Lola, entretanto, deixei o gravador de lado. Não haveria condições de encaixá-lo em nossa conversa, não haveria condições de outras conversas. Lola queria desabafar. Entramos em uma das salas vazias da escola e fechamos a porta. Ela foi logo dizendo que já fazia um mês que não recebia cartas de Manuela e que já não tinha mais certeza se elas seguiam sendo um casal. Disse que Manuela ainda mantinha contato com Estevão e que continuava escrevendo para Lídia, filho e mãe de Lola, respectivamente.

Estevão disse à mãe que Manuela mantinha fotos do casal no site de uma rede social e por isso o filho achava que o relacionamento não estava terminado. Lídia, presa junto com Lola, aconselhava que a filha esquecesse a companheira. Lola, por outro lado, pedia minha opinião e perguntava se eu tinha mais notícias de Manuela. Respirei fundo. Ainda aturdida, tomei um gole de café fresco que Marta Téllez, espanhola presa na Penitenciária Feminina da Capital e, então, funcionária da escola, havia acabado de passar. Sentei-me diante de Lola e comecei a caminhada.

* * *

Campo etnográfico de minha pesquisa de mestrado,[116] a Penitenciária Feminina da Capital é a mais antiga unidade prisional feminina do estado de São Paulo.

---

115 Aparelhos celulares são proibidos em todas as unidades prisionais da federação brasileira. Como é de conhecimento público, contudo, os telefones são artefatos comuns entre grande parte dos corredores penitenciários. As políticas de repressão ao uso de aparelhos celulares nas prisões coadunam com as políticas de repressão ao tráfico de drogas já que, segundo Polícias Civil e Militar, o celular funciona como tecnologia que possibilita a administração do mercado de drogas dentro das prisões. O campo etnográfico, entretanto, desvela que o aparelho é usado para outros fins: falar com mães, filhos, namorados, maridos, esposas. Ou seja, manter a comunicação entre "dentro e fora" das prisões como chamam atenção os trabalhos de Bruna Bumachar (2016), Karina Biondi (2014) e Rafael Godoi (2010, 2015).

116 Por meio de pesquisa de campo feita com prontuários, documentos e entrevistas com diretoras, funcionárias e pessoas presas ou egressas da instituição, em meu mestrado analisei a produção de discursos sobre o sexo e as sexualidades em 30 anos de história

Planejada a partir do então Presídio de Mulheres fundado em 11 de agosto de 1941, a unidade foi administrada pelas freiras da Congregação do Bom Pastor, ordem da Igreja Católica até 1977. A história de sua fundação explica a arquitetura do edifício da PFC. Após passar pelos dois primeiros portões de entrada à penitenciária, o que se vê são jardins e bancos de cimento dispostos de modo a configurarem uma larga passarela com paralelepípedos. Do lado esquerdo desta, o pavilhão administrativo e o refeitório dos funcionários. Do direito, almoxarifados e salas de estoque com rações para os cachorros que circulam pelos vãos formados entre as paredes e as grades que separam os muros dos pavilhões das altas muralhas da penitenciária, além de estoques de uniformes e materiais de jardinagem. À frente, mais um portão e uma guarita que dividem os espaços administrativos dos pavilhões de moradia e convívio das pessoas que ali cumprem penas: o condomínio, como ironizam suas moradoras.

Diante deste portão, bem em frente à guarita onde fica Joaninha, em agosto de 2004, Quitéria Silva, então presa, foi morta durante uma rebelião que posicionou a unidade como uma das prisões integradas ao Primeiro Comando da Capital. Pelos caminhos e corredores da Penitenciária Feminina da Capital, durante todos os anos que fiz campo nesta unidade prisional, escutei funcionárias e voluntárias da Pastoral Carcerária falarem da morte de Quitéria. Das facadas enterradas no corpo levado para frente do portão que, naquele dia, exacerbava a divisão do caminho de paralelepípedos que atravessa toda a unidade. A lembrança de Quitéria, de seu corpo negro esfaqueado, pouco atravessava, todavia, as grades daquele mesmo portão. Eram funcionárias e voluntárias que me falavam dela, pessoas que em 24 de agosto de 2004 estavam do lado de fora, bem diante do portão e em frente ao pavilhão administrativo. Eram aquelas que assistiam a tudo sem terem possibilidades reais de intervirem nos fatos que ocorriam do lado de lá.

Seguindo por este caminho, atravessando grades e guarita, estão enfermaria, capela e uma quadra de esportes situados bem diante de uma pequena praça com flores onde repousa a estátua de Maria, mãe de Jesus, vestida com sua costumeira túnica azul. Ao menos até os meus últimos dias de campo na unidade, em abril de 2012, ficavam na enfermaria, principalmente, presas grávidas ou com bebês recém-nascidos.[117] Ao lado da enfermaria, situado bem entre ela e a capela, um prédio mais novo: o "motelzinho", construído para as visitas íntimas, que, na Penitenciária Feminina da Capital, ocorrem, desde 2001, todos os últimos sábados do mês em dois períodos – das nove às onze da manhã e das treze às quinze horas.

---

da mais antiga unidade prisional feminina do estado de São Paulo. Sobre a história da implementação de penitenciárias femininas no Brasil recomendo, também, o trabalho de Angotti (2011).

117 Em abril de 2012, a Penitenciária Feminina da Capital estava em reforma. Funcionárias e presas da unidade diziam que o primeiro pavilhão da unidade iria ser transformado em setor exclusivo para grávidas e mães com bebês no período de amamentação de seis meses durante os quais podem ficar com os filhos dentro da penitenciária. Esta expectativa não foi concretizada, o berçário e a maternidade permaneceram na Penitenciária Feminina do Butantã para onde nem todas as mães são encaminhadas. Não é incomum que visitas às penitenciárias femininas de São Paulo vejam mães e bebês nas enfermarias das unidades prisionais. Ao final do período de seis meses reservado para amamentação, as crianças são encaminhadas para familiares ou abrigos. Sobre o assunto, veja Bruna Bumachar (2016) e Braga e Angotti (2015).

Logo em frente, do outro lado da rua, estão escola e oficinas de trabalho, além, claro, dos quatro pavilhões de moradia onde viviam, durante o período do trabalho de campo, aproximadamente, 800 mulheres. Segundo conversas informais com assistentes sociais da penitenciária, nos anos de 2015 e 2016, mais de 90% das presas da PFC eram estrangeiras.[118] Vindas de países como Peru, África do Sul, Tailândia e Portugal, elas foram acusadas, na maior parte das vezes, de tentarem embarcar a partir dos aeroportos internacionais de São Paulo para países da Europa levando cápsulas ou pasta de cocaína na bagagem ou no corpo. Para muitas destas ocupantes das celas da mais antiga penitenciária feminina de São Paulo com quem eu conversava, o nome de Quitéria pouco ou nada dizia, assim como os "chamados" do Primeiro Comando da Capital, que, ao longo dos anos de trabalho etnográfico, foram fazendo cada vez menos sentido entre os corredores da PFC.

Lídia, mãe de Lola, contudo, sabia dos sentidos atribuídos ao nome de Quitéria nos corredores daquela prisão específica. Mais do que isso, Lídia, assim como os paralelepípedos, o motelzinho e a imagem de Maria cercada por flores no jardim interno da PFC, materializava em seu corpo e em suas narrativas parte da história recente do sistema prisional do estado de São Paulo. Apresentava-se como uma das "viúvas do Massacre do Carandiru" e contava que seu marido não constava dentre os 111 nomes oficialmente reconhecidos como vítimas da ação policial na Casa de Detenção em 2 de outubro de 1992. Seu companheiro morreu meses depois, no hospital. Para Lídia, entretanto, ele havia morrido naquele dia 2 de outubro, após vivenciar as dores pelos sofrimentos infligidos a ele e a seus parceiros da prisão. Em nossas conversas, Lídia descrevia as horas de espera por notícias do lado de fora dos portões da Casa de Detenção e, depois, nos corredores do hospital. Aos 50 anos, ela se reconhecia como parte da "velha guarda do crime" e dizia não gostar dos rumos que as "meninas novas" estavam tomando. Em sua fala, ilustrava uma marcação geracional do crime, qualificando-o ora por "daquele tempo" no qual se tinha clareza "do certo e do errado", no tempo em que bandida tinha "proceder" – quer dizer, que atendia às expectativas de comportamento ou "etiquetas" nas prisões ou no cotidiano do "crime"[119] – e ora pelo "crime de hoje, das jovenzinhas que só querem ser mulher de bandido, mas não sabem ser bandidas".

As observações de Lídia reverberavam as diferenciações de cada um dos quatro pavilhões da Penitenciária Feminina da Capital feitas, cotidianamente, por funcionárias, voluntárias da Pastoral Carcerária e presas. No início de 2010, a Penitenciária Feminina da Capital era dividida de modo a concentrar, no primeiro pavilhão, a maior parte de estrangeiras presas na unidade vindas, principalmente, de Angola,

118 Segundo dados colhidos no site da Secretaria da Administração Penitenciária, em dezenove de julho de 2017, há, na Penitenciária Feminina da Capital, atualmente, 619 pessoas presas em um edifício com capacidade para abrigar 604. O site indica que a última atualização foi em 17 de julho de 2017. As conversas informais com assistentes sociais da unidade, a que faço referência, se deram tanto presencialmente, nos dias em que eu visitava a unidade como pesquisadora ou voluntária da Pastoral Carcerária, como por telefone. Por ter feito pesquisa de campo na Penitenciária Feminina da Capital entre os anos de 2008 até 2012, criei com algumas funcionárias da unidade uma relação de confiança que me permitiu telefonar para elas e expor dúvidas.
119 Marques (2009).

África do Sul, Bolívia, Tailândia. No segundo, presas brasileiras mais novas, casadas ou com algum tipo de envolvimento com "os homens" do Primeiro Comando da Capital. O terceiro, por sua vez, também concentrava brasileiras, mas estas estavam em cumprimento de pena, acusadas, majoritariamente, pelo envolvimento com o pequeno comércio local de drogas, fosse do centro da cidade ou, ainda, de municípios do interior de São Paulo. Dito de outro modo, nas falas das assistentes sociais, o terceiro pavilhão era caracterizado pelas "usuárias de crack", às quais as presas relacionavam o termo "noia". Por fim, o quarto pavilhão era ocupado por brasileiras e estrangeiras, estas, por sua vez, provenientes, principalmente, de Espanha, Portugal, Colômbia e, também, Bolívia e Tailândia. Todas diziam conviver de modo, relativamente, harmônico. Além disso, parte das moradoras do quarto pavilhão se imbuía de ser antagônica ao segundo pavilhão, ou, em suas palavras, ao "QG do PCC". Com a tomada deste posicionamento, não queriam dizer que eram antagônicas ao Comando, ao contrário, diziam que eram antagônicas ao modo como as "novinhas" do segundo pavilhão compreendiam o que era o PCC e o que era o "crime".

Lídia, por exemplo, era "cunhada" do partido, quer dizer, era casada com um dos "irmãos" do PCC, este "batizado"[120] pelo coletivo no início da década de 2000. O casamento de Lídia a fazia ser socialmente reconhecida como integrante do Primeiro Comando da Capital, e naquele momento, ela era, ainda, a "disciplina" do quarto pavilhão da Penitenciária Feminina da Capital. Era ela quem fiscalizava comportamentos e intermediava conflitos das moradoras do último prédio de moradia da unidade. Durante os anos de convívio com Lídia na Penitenciária Feminina da Capital, a vi disparar ordens de modo rápido e discreto para que meninas vestidas de *short doll* ou camisolas fossem trocar de roupas, ou para que se portassem de modo que ela considerasse adequado ao trânsito nos corredores do pavilhão. Mas a mãe de Lola dividia a liderança do pavilhão com um antigo conhecido seu.

Pedro Paulo cresceu no Jardim Elba, bairro do distrito de Sapopemba onde toda família de Lídia se estabeleceu ainda na década de 1970.[121] Ele era amigo de infância de sua filha Lola sendo que, com o tempo, Lola e Pedro Paulo se afastaram em decorrência das inúmeras passagens dele pelas antigas Febems[122] e prisões. Os dois amigos se reencontraram anos depois, durante o cumprimento de pena de ambos na Penitenciária Feminina da Capital. Pedro Paulo era "sapatão",[123] quer dizer, um dos

120 Batismo é como é chamado o processo pelo qual alguém passa a integrar o coletivo do PCC como irmão/irmã. A partir da nomenclatura irmão/irmã são feitas outras nomeações, como cunhada, que indica que a mulher é casada com um irmão, e primos/as, uma pessoa envolvida com o "partido", mas que não foi batizada. Falarei mais sobre esta gramática familiar no capítulo seguinte.

121 Falo, especificamente, da família de Lídia e Lola no quinto capítulo.

122 Febem, ou Fundação Estadual do Bem-Estar Social do Menor, como era chamada até 2006 a Fundação Casa, eram fundações fechadas para onde crianças e adolescentes de doze a vinte e um anos incompletos acusados de terem "praticados atos infracionais" eram encaminhados. Disponível em: <www.fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/medidas-socioeducativas>. Sobre o tema, veja Mallart (2014).

123 Sapatão é um termo que decorre da inversão da carga pejorativa da palavra, amplamente presente nas falas da polícia e de guardas das unidades penais femininas que costumavam chamar todas as internas que mantinham relações homossexuais por sapatões. O termo, relacionado a uma imposição violenta, foi sendo cooptado pelo vocabulário das presas (Padovani, 2010).

muitos "homens", ou uma das muitas pessoas presas nas penitenciárias femininas que corporificam atributos socialmente vinculados ao masculino.[124]

Ser sapatão dentro da Penitenciária Feminina da Capital podia significar, entre outras coisas, estar constantemente sob um foco de tensão e desejo. Assim estava Pedro Paulo quando o conheci. Forte, trabalhava na manutenção do edifício prisional e andava pelo caminho de paralelepípedo carregando enxada, carrinho de mão e outros materiais pesados que evidenciavam seu corpo negro e musculoso. Pedro Paulo era casado com uma mulher que o esperava do lado de fora da prisão sem nunca tê-lo visitado. Sua relação, como muitas, era mantida pela troca de cartas e telefonemas clandestinos, além, claro, dos envios de remessas de dinheiro, ora por parte de Pedro Paulo e ora por parte de sua esposa, dependendo das contingências de trabalho e emprego a que cada um estava submetido durante o longo período de pena dele, pouco menos de dezoito anos. Do lado de fora, toda semana ela o encaminhava, também, caixas de Sedex, ou "jumbos", contendo comida, material de higiene pessoal, entre outras coisas, que chegavam ao endereço da penitenciária contendo o nome de batismo de Pedro Paulo, feminino, portanto, escrito abaixo da palavra destinatário.

Como Lídia, aos 35 anos, Pedro Paulo se dizia bandido velho e era discreto em seus casos e flertes. Primava por manter seu casamento. A liderança por ele exercida, diferente da de Lídia, não passava pelos ordenamentos[125] daquilo que ele entendia como PCC, mas sim por ordenamentos chamados por Pedro Paulo de "correr pelo certo". Ao contrário de Lídia, ele não se imbuía de nenhum título de/o comando e não se considerava líder, apesar de reconhecer que os anos passados nas cadeias o faziam ter de, algumas vezes, tomar as rédeas das situações. Desse modo, Pedro Paulo não se furtava de enfrentar o "debate"[126] com as novinhas do segundo pavilhão nem de falar com seus maridos, irmãos, cunhados desde as celas da prisão, por meio dos aparelhos celulares, quando considerava que alguma coisa errada estava sendo promovida pelas bandidas novas. Do mesmo modo, não se furtava de posicionar-se perante a direção da unidade para demandar melhorias na alimentação e nas condições de trabalho, por exemplo.

Por meio do nó atribuído ao peso de ser bandido velho, o qual sedutoramente Pedro Paulo carregava pelo pátio e através do qual Lídia atribuía suas ordenações, eram tecidas as pendengas entre os pavilhões dois e quatro daquela prisão. Nó tramado por geração, sexualidade, gênero, nacionalidade e vínculos afetivos que cos-

---

124 Facchini (2008), Lacombe (2005).

125 Uso a palavra ordenamentos inspirada por uma palestra de Ronaldo Almeida proferida durante o seminário interno CEM/Cebrap em 18 de maio de 2012. Nesta, Almeida utiliza ordenamento como forma de tipificar moralidades por meio das quais os "crimes" são balizados em variados contextos históricos na favela de Paraisópolis. Para o autor, certa moralidade definida por enredamentos da prática religiosa, familiar, por exemplo, aponta sentidos aos tipos de empreendimentos a que o "crime" se vincula nos específicos contextos e datas.

126 "Debates" são discussões promovidas pelas disciplinas ou "pilotas" de pavilhão do PCC que são feitas com o objetivo de "esclarecer" problemas, pendengas que possam ocorrer dentro dos pavilhões ou, fora das prisões, nos bairros. Nas penitenciárias femininas, fazer "debate" implica "em ir pra linha", quer dizer, chamar por meio de telefones celulares os irmãos nas penitenciárias masculinas. Falarei mais sobre o tema no quarto capítulo; sobre o mesmo, veja Marques (2009), Feltran (2010b).

turavam, no período do trabalho de campo, distintas e simultâneas percepções de "proceder", de "certo" e de "PCC" na Penitenciária Feminina da Capital.

Situando o caminho: penitenciárias entre PCCs, africanas e sapatões

Em 7 de outubro de 2008, ano em que iniciava minha pesquisa de mestrado, estrangeiras presas na PFC fizeram um ato em frente aos prédios das oficinas de trabalho da prisão.[127] Paralisaram suas atividades de trabalho e escola por um dia em protesto às agressões e sessão de espancamento das quais uma sul-africana havia sido gravemente acometida. Ela teve um de seus braços quebrados e foi violentada sexualmente com pedaços de pau.[128] Naquele momento, os desentendimentos se davam pelo fato de que nem todas as estrangeiras reconheciam no Primeiro Comando da Capital uma instância de poder dentro da prisão, mais do que isso, elas cotidianamente recorriam aos aparatos administrativos e estatais, ou seja, aos funcionários da prisão e aos representantes de seus consulados. Como consequência, passavam a ser vistas por algumas das brasileiras como "caguetas", quer dizer, informantes das decisões tomadas dentro dos pavilhões de moradia às funcionárias da unidade.

Em setembro de 2009, quase um uno após o ato de paralisação, fui abordada durante uma das minhas visitas à Penitenciária Feminina da Capital pela funcionária de plantão na portaria da revista, que, sussurrando, contou-me que as "líderes do PCC" haviam sido transferidas para as penitenciárias de Franco da Rocha e de Santana, "coisa que já devia ter acontecido há muito tempo! Nossa prisão vai virar exclusiva para estrangeiras. Elas já até têm um pavilhão exclusivo!". Passei pela revista e fui em direção ao pavilhão da administração, onde encontrei as assistentes sociais comentando sobre as mesmas transferências de que havia ouvido falar ao pé do ouvido na portaria. Uma psicóloga ainda brincou, "a gente tá virando um braço da Polícia Federal, bem que podíamos começar a ganhar tão bem como os agentes da PF! Nós temos de falar umas cinco línguas para se virar nessa unidade!". Caminhando para fora do pavilhão administrativo, encontrei a Diretora de Disciplina e Segurança no corredor e perguntei sobre as mudanças que estavam ocorrendo na penitenciária ao que ela me respondeu: "É tudo mentira! Não tem nada de pavilhão exclusivo e presa é transferida todos os dias!".

A despeito da normalidade do procedimento a que a diretora de disciplina e segurança se apegava, as versões das funcionárias eram mantidas nas conversas e encontros com as presas de todos os pavilhões, que passaram a ser, desde então, diferenciados através de atributos relacionados à concentração de estrangeiras ou brasileiras vindas de bairros ou países específicos. Especificidades distribuídas pelos

127 "Agentes temem rebelião após agressão a presas estrangeiras. Presas supostamente ligadas ao PCC teriam agredido detentas estrangeiras na Penitenciária Feminina da Capital". *Jornal da Tarde*, 14 out. 2008. Diponível em: <www.estadao.com.br/noticias/geral,agentes-temem-rebeliao-apos-agressao-a-presas-estrangeiras,259488,0.htm>. Acesso em: 21 maio 2015.

128 Padovani (2010).

quatro edifícios de moradia da penitenciária. Este processo reverberou, inclusive, no modo como as coordenadoras da Pastoral Carcerária atuavam dentro da unidade. Estas chegaram a me pedir que durante as visitas à PFC, feitas junto à organização religiosa, eu ficasse responsável pelo segundo pavilhão, o qual era considerado por elas o "mais difícil" justamente por abrigar as "novinhas do crime" das quais também ouvia Lídia e Pedro Paulo falar.

Na avaliação das coordenadoras da pastoral, eu estaria mais bem preparada que as demais voluntárias para lidar com as "difíceis novinhas do crime do pavilhão dois" por ter, naquela época, a mesma idade que elas e não ser religiosa. Aceitei o pedido e todos os sábados à tarde, dias de visita dos voluntários e religiosos nas penitenciárias femininas de São Paulo, dividia meu tempo entre os segundo e quarto pavilhões. Entre os dois polos de uma contenda que foi, com o tempo e com as transferências, se dissipando. Minhas visitas feitas aos sábados em ambos pavilhões pares da PFC, contudo, fizeram com que eu compreendesse que as novinhas não eram assim chamadas por terem, necessariamente, a minha ou menos idade que Lola, por exemplo. De mesmo modo, Pedro Paulo não se considerava bandido velho por ter trinta e cinco anos. Eram antes posicionamentos e interpretações específicas e diferentes acerca das mesmas palavras acionadas por Lídia – "proceder", "certo", "errado" –, que pareciam definir os contornos por que passavam as categorias geracionais. Interpretações sustentadas por tramas produzidas a partir de considerações distintas sobre sexualidade, religião, família. A categorização geracional aparente na nomeação das novinhas e das bandidas velhas nesse contexto, assim como em outros,[129] não se referia fundamentalmente à faixa etária, mas à articulação de outros atributos.

O pedido das coordenadoras da Pastoral Carcerária teve, ainda, outra significativa implicação em minha pesquisa de doutorado sobre a qual trata esta obra, pois o processo de trabalho de campo na Penitenciária Feminina da Capital terminou por enfocar as histórias daquelas que transitavam pelos dois pavilhões em que estavam concentradas as minhas visitas, sendo que minha relação com as moradoras do último edifício de moradia da PFC havia sido cultivada pelos anos de trabalho de campo na unidade. Afinal, conheci Lídia, Lola e Pedro Paulo ainda durante a pesquisa de mestrado. Do mesmo modo, algumas interlocutoras dos dois períodos de trabalho de campo, do mestrado e do doutorado, cumpriam pena no terceiro pavilhão.

Ao fazer essas observações, chamo atenção para o fato de eu ter feito pesquisa de campo em uma Penitenciária Feminina da Capital específica. A pesquisa que resultou neste livro decorre do meu trânsito por entre os segundo, terceiro e quarto pavilhões daquela unidade penitenciária. Mais do que isso, trânsito que ocorreu entre os anos de 2008 e 2012, período de intensos rearranjos organizacionais empreendidos pela Secretaria da Administração Penitenciária nas prisões femininas de São Paulo, das quais se destaca, além da reforma da Penitenciária Feminina da Capital – que resultou na ampliação de vagas e na manutenção, quase exclusiva, de estrangeiras

129 Togni (2014).

presas na unidade –, a massiva transferência das brasileiras que antes cumpriam pena na PFC para a penitenciária de Santana. Estas observações intentam explicar que, por mais significativa que fosse a presença de mulheres oriundas de países do continente africano na Penitenciária Feminina da Capital no momento de meu trabalho de campo, em decorrência do processo etnográfico desta pesquisa, há uma invisibilidade em relação a elas, que ocupavam, principalmente, o primeiro pavilhão da PFC, edifício que poucas vezes visitei. Não quero dizer com isso que não havia angolanas, sul-africanas ou moçambicanas em outros pavilhões, nem que nenhuma italiana, espanhola ou até brasileira ocupasse as celas do primeiro pavilhão, mas antes que os espaços por mim frequentados durante minhas visitas ao campo eram ocupados, majoritariamente, por brasileiras ou espanholas ou bolivianas, por exemplo. Mais do que isso, que as relações das interlocutoras desta pesquisa passavam pelas definições das diferenças, acima descritas, sobre cada espaço de moradia da PFC.

O primeiro pavilhão era o pavilhão exclusivo de que falavam as assistentes sociais, psicólogas e agentes de segurança em 2009. Para este pavilhão foram transferidas, naquele momento, aquelas que estavam em destaque nas contendas com um PCC também específico: "o das novinhas". As "africanas" eram, principalmente, as que haviam cruzado os braços durante a emblemática paralisação de 2008. Paralisação decorrente das agressões empreendidas a uma sul-africana.

De modo similar à polissemia dos usos do termo PCC, é significativo destacar que por africanas (assim como por bolivianas, espanholas, brasileiras) entende-se uma produção de nomenclatura nativa que aciona nacionalidade(s) e raça(s) de modos específicos e contingenciais. Em sua pesquisa, Bruna Bumachar[130] toma como objeto as produções discursivas e práticas que atravessam a "maternidade das estrangeiras" na Penitenciária Feminina da Capital. Em suas descrições etnográficas, a autora ilustra como as nacionalidades são tecidas nas relações internas aos pavilhões de modo estratégico. Segundo Bumachar, no espectro das que se identificam/são identificadas como angolanas no cotidiano da unidade, por exemplo, há toda uma rede de produção que agrega pessoas vindas desde lugares outros, como Moçambique. O trabalho de Bumachar ilustra que as nacionalidades na PFC são construídas em meio a negociações que intersectam categorias de diferenciação de modo a tramá-las segundo interesses, possibilidades e agências. Ser "africana" na Penitenciária Feminina da Capital, assim como ser "novinha" ou "bandida velha", responde às demandas de diferenciação do campo que conformam redes de relações.

Eram as africanas as estrangeiras a serem mantidas no pavilhão exclusivo da PFC. Era sobre elas que recaíam as formulações de diferenciação dos pavilhões da prisão. Afinal, se era o "PCC das novinhas" que espancava e agredia os corpos estrangeiros das que recusavam atender aos seus chamados, era o PCC de Lídia, da "bandida velha", que atendia, naquele contexto, à recusa de uma atuação homogênea do Coletivo. O acontecimento da paralisação de 2008, decorrente de múltiplas formas de agressões,

130 Bumachar (2016).

sobre_casos_05.indd 61 15/10/2018 10:52

principalmente espancamentos, empreendidas às estrangeiras por parte do PCC, distendeu contendas outras vinculadas aos diversos modos de compreensão dos ordenamentos que balizavam as ações dos muitos PCCs presentes na Penitenciária Feminina da Capital daquele contexto. Para as novinhas, por exemplo, o corpo de Pedro Paulo era, também, um corpo, se não estrangeiro, marcado por justaposições sexuais, raciais e de gênero que ameaçavam os ordenamentos do "partido", ou melhor, da "família" tal qual elas e seus homens compreendiam. Em alguma medida, Pedro Paulo e outros sapatões ameaçavam as novinhas tanto quanto as desobediências das "africanas". A contenda entre segundo e quarto pavilhões, entre "novinhas do crime" e "bandidas velhas", não necessariamente se fez por meio de posicionamentos diversos que integrantes do PCC tinham em relação às "africanas", mas sim pelas muitas rachaduras sobre as quais estava fundamentada a aparente unicidade do "comando".

Compreender a Penitenciária Feminina da Capital, a que esta pesquisa se refere, implica em compreender os múltiplos processos de diferenciação por meio dos quais relações eram produzidas e tensionadas nos caminhos daquela unidade.

* * *

Numa das salas de aula da escola da PFC, as irmãs Denise e Danielle ignoravam as cartolinas rosa com brilhos de purpurinas que, grudadas nas paredes, desenhavam foneticamente o alfabeto português. Na classe preparada para as aulas de português direcionadas às estrangeiras, eu conversava com as duas irmãs, sobrinhas, esposas de homens presos em unidades masculinas.

Denise e Danielle foram presas juntas, detidas e julgadas no mesmo processo, acusadas por envolvimento com comércio de drogas. A pena da irmã mais velha, todavia, era maior. Não era a primeira vez que Danielle ia presa e, além disso, ambas estavam em sua casa na ocasião do flagrante policial. Denise, a irmã mais nova, foi presa como cúmplice de uma rede de gerenciamento e comércios de drogas que envolvia toda sua família. Desde então, as duas passaram a viver no segundo pavilhão da Penitenciária Feminina da Capital. Por mais que fosse a primeira vez que Denise ia presa, não era a primeira vez que ela entrava na prisão. As instituições penitenciárias sempre foram recorrentes no curso de vida das duas irmãs, que diziam ter passado infância e adolescência visitando irmãos, tio, amigos, vizinhos e, depois, namorados, esposo. Foi, inclusive, durante uma das visitas aos seus irmãos mais velhos que Danielle conheceu seu marido, pai de seus três filhos. Vínculo que, na ocasião daquela conversa, durava pouco mais de 12 anos, sendo que destes apenas durante três anos o casal viveu de modo a estarem ambos em liberdade. Naquela sala de aula na PFC, Danielle dizia temer pelo fato de a liberdade de seu marido estar próxima. Dizia nunca ter ficado presa com ele "solto na rua" e repetia que a "liberdade do homem é o fim do casamento com a mulher presa".

O marido de Denise, por sua vez, também estava preso. Naquela mesma quinta-feira em que as irmãs foram presas, ele também almoçava com elas, sendo

preso junto delas. Assim como Denise, seu marido nunca havia sido preso, tendo sido arrolado ao flagrante policial ocorrido na casa de sua cunhada e encaminhado para cumprir pena junto aos parentes de sua esposa. A irmã mais nova de Danielle, contudo, não temia por seu casamento. Ao contrário, era ela quem dizia estar disposta a terminar o relacionamento de pouco mais de quatro anos e expunha suas razões, as quais, segundo ela, poderiam servir para pôr fim em qualquer casamento de mulheres presas: os "sapatões". "É a maior insegurança que os homens têm em relação às mulheres. Que elas transem com sapatões, os machos das cadeias femininas". Enquanto Denise falava, Danielle ria balançando afirmativamente a cabeça. Completava o que a caçula dizia, "a gente não fica com ninguém aqui dentro não é porque a gente não quer. Porque ter caso aqui é uma tentação! Os sapatões são a tentação. Eles são lindos, arrumados, cheirosos, usam chinelo de homem, perfume de homem, são gostosos, sabem chegar…". Apesar de resistirem à tentação e não ficarem com ninguém, como dizia Danielle, a irmã mais velha não se furtava de manter correspondentes, quer dizer, namoros por cartas com outros homens presos que não o seu marido. Nesse ponto, Denise e Danielle discordavam, pois enquanto uma achava que a troca de correspondências não poderia ser considerada uma traição, a outra dizia: "traição é sempre traição".

De minha parte, eu tentava compreender quais seriam os problemas que um caso com um sapatão ou um namoro por cartas poderiam trazer a duas mulheres que, afinal, passariam anos presas em unidades penitenciárias femininas sem, portanto, contato físico com seus maridos, que de mesmo modo também estavam presos. As minhas ingênuas dúvidas as irmãs contestaram, contando que pediam para as amigas, visitas de outros homens presos nas mesmas penitenciárias de seus maridos, os vigiarem e a eles enviarem cartas contando tudo o que viam, "porque você sabe… cadeia[131] de homem é cheia de mulher! Prima de um, amiga do outro… dá prá ter um casinho com a vizinha do amigo". Questionei-as então se o medo, ou a tentação, passava pela possibilidade de seus maridos usarem subterfúgios parecidos com os delas para as vigiarem; "eles nem precisam fazer isso!", responderam, "em cadeia de mulher sempre tem cagueta, ninguém sabe quem é, mas tudo o que acontece aqui chega à cadeia masculina. Não tem como fugir… Se a gente não fica com ninguém aqui dentro não é porque a gente não quer. Porque ter um caso aqui é uma tentação!".

Implícitas na conversa estavam postas tensões estabelecidas entre redes de comunicação marido-mulher que transcendiam cartas e conversas do casal e que, portanto, tencionavam também com a suspeição permanente de todas as relações mantidas dentro das prisões. Relações de todas policiadas por todas. A produção das cartas de amigas visitantes nas prisões de seus maridos e a produção da ameaça constante de que toda informação do que ocorre dentro das rijas paredes dos pavilhões possa vazar para

131 Nas falas, cadeia e prisão são utilizadas como sinônimos de penitenciária. Não há diferença entre estas no modo como os termos são empregados por grande parte das interlocutoras desta pesquisa. Juridicamente, porém, cadeia está vinculada à carceragem de delegacias e prisões provisórias. Penitenciárias, ao menos idealmente, é para onde as pessoas sentenciadas (julgadas e condenadas) são encaminhadas para o cumprimento de pena.

as celas de seus esposos, localizadas a quilômetros de distância, era o que dava forma à sombria figura da "cagueta" nas falas de Denise e Danielle. Figura primordial para entender a relação entre esposas e maridos presos de um dos Primeiro(s) Comando(s) da Capital na penitenciária feminina, a "cagueta" é quem revela os segredos, torna público os casos extraconjugais que, no que tange às tentações de Denise e Danielle, passavam pelos "sapatões".

A revelação do segredo, da relação estabelecida entre "as mulheres do PCC" e os "sapatões", ocasiona rupturas e retaliações.[132] A rede de comunicação extraconjugal costurava, naquele momento da Penitenciária Feminina da Capital, não só tensões entre maridos e mulheres presas, mas também tentações e ameaças que balizavam os esforços em produzir diferenciações e conflitos entre os pavilhões dois e quatro da penitenciária. Entre "bandidas velhas" e "novinhas". Se, por um lado, pouco ou nada era dito acerca do fato de ser a sala de aula um dos muitos recintos reservados, gradativamente, ao atendimento de demandas específicas das estrangeiras, por outro, muito era falado sobre as interdições impostas às mulheres que, como elas, eram, em duplo sentido, "esposas", "cunhadas", "irmãs" do Primeiro Comando da Capital. Denise e Danielle eram "irmãs de sangue" de "irmãos de batismo" do partido. Danielle era, ainda, esposa de um irmão do comando, o que a tornava, também, "cunhada" do coletivo.

Contidos nas bem-humoradas observações de Denise e Danielle estavam os descontentamentos carregados no corpo de Pedro Paulo em relação ao PCC, pois agregada ao atributo de "bofe" da prisão feminina passou a estar, também, a tensão permanente de ser a tentação da prisão para as mulheres envolvidas com homens também presos. Nesse registro, aos "sapatões" foram sendo paulatinamente conferidos ainda outros sentidos, como o de ameaça e, portanto, de expurgo. Não é dizer com isso que os espaços da penitenciária eram produzidos a partir de exílios e separações estritas entre os pavilhões, entre "sapatões", "novinhas", "africanas", "bandidas velhas". Ao contrário. Antes, é dizer que as relações eram produzidas a partir de processos de diferenciações constantemente tensionados e, portanto, entrelaçados. Afinal, só é possível tencionar nós enredados em uma mesma trama.

A despeito de possíveis interdições, "esposas do comando" e "novinhas do crime" criam vínculos sexuais, afetivos, de ajuda e de amor com os "sapatões", que, por outro lado, não mantêm posicionamentos unívocos ou de grupo frente aos ordenamentos do PCC. Se, por um lado, Pedro Paulo opunha-se ao Comando do pavilhão dois por ser este antagônico à sua liderança, trabalhada nos longos anos percorridos na cadeia, por outro, mantinha-se aliado à Lídia e ao "partido das antigas", enredado por laços de afeto familiar e de vizinhança trazidos desde sua infância em Sapopemba, subdistrito da zona leste da cidade de São Paulo do qual o Jardim Elba é parte.[133] De mesmo modo, ao longo do cumprimento de sua pena, Denise separou-se do marido para viver um romance com Patrick, sul-africano preso no mesmo pavilhão dois

132 Falarei sobre estas e também, mais detalhadamente, sobre Denise e Danielle no quarto capítulo.
133 Feltran (2011).

em que estavam as duas irmãs do interior do estado, acusado de tentar transportar drogas para fora do Brasil logo após ter deixado uma penitenciária feminina paquistanesa. Patrick, como tantos, era um dos muitos "sapatões" em acordo com, se não as interdições sexuais do PCC, as ordenações de pouco falar e manter contato com as funcionárias da prisão. Os enlaces de sua história com a de Denise serão trabalhados adiante, no quarto capítulo.

Por ora vale dizer, somente, que carregar as breves linhas acima, de modo pontual, com alguns dos nomes e personagens que irão compor o corpo etnográfico e analítico deste texto advém do esforço em situar um dos múltiplos trajetos por meio dos quais se fez o campo desta pesquisa. Trajetos complexificados cotidianamente pelas produções de diferenças por meio das quais as relações são estabelecidas. Relações mantidas por pessoas que articulam em seus corpos, falas e práticas, atributos que as permitem ser classificadas como "novinhas", "bandidas velhas", "sapatões", "africanas", "noias". Categorizações enredadas pelos contextos de cada prisão e, principalmente, de cada momento ou cada pavilhão. Contextos que olhados de perto permitem distender uma mesma unidade penitenciária em variações de especificidades. Afinal, se ser "novinha" não é ter determinada idade, ser "africana" também não é ser oriunda de um país do continente africano e ser "sapatão" não é ser masculina. Como analisam Piscitelli[134] e Togni,[135] os arranjos classificatórios são articulados a partir dos modos como os grupos produzem categorias de diferenciação. No caso da Penitenciária Feminina da Capital, entre os anos 2008 e 2012, nacionalidade, geração, sexualidade, raça e vínculos familiares apresentavam-se como elementos imprescindíveis por meio dos quais laços e contendas eram (re/des)feitos.

Certamente, resultante de outros muitos arranjos, a Penitenciária Feminina da Capital é agora outra.

> No início de 2012, a Penitenciária Feminina da Capital estava em reforma. O objetivo era transformar o primeiro pavilhão da unidade em maternidade/berçário onde presas grávidas e com bebês recém-nascidos pudessem cumprir o período da pena com atendimento adequado à mãe e ao bebê. A reforma foi concluída em fins de 2013, mas assistentes sociais e voluntárias da Pastoral Carcerária contaram-me que por falta de equipe o pavilhão um estava atendendo somente grávidas presas naquela unidade. Em abril de 2014 havia apenas três bebês no berçário da PFC, que passara a atender, quase exclusivamente, estrangeiras. Segundo egressas da unidade, estavam presas naquele

134 Piscitelli (2008).

135 Togni (2014). A pesquisa de doutorado de Paula Togni, defendida na Universidade de Lisboa em julho de 2014, analisa fluxos migratórios de jovens com idades entre 18 e 24 anos, saídos de Mantena e do Morro do Margoso em Minas Gerais, que vão a Lisboa em busca de "melhorar a vida" deles e de seus familiares. Recomendo fortemente o trabalho de Togni principalmente no que tange ao modo como ela analisa categorias de diferenciação no contexto de seu trabalho de campo.

sobre_casos_05.indd 65 15/10/2018 10:52

momento trinta brasileiras em meio de mais de quinhentas estrangeiras cumprindo pena ali. Em maio de 2014, por outro lado, agentes da Pastoral Carcerária contaram-me que o pavilhão dois estava sendo esvaziado com vistas a atender brasileiras presas na unidade penitenciária de Franco da Rocha. A Penitenciária Feminina da Capital voltaria a ter seus pavilhões divididos entre estrangeiras e brasileiras, enquanto que o projeto do berçário seguia sem conclusão. Sobre esta última informação, a desconfiança que tangenciava as falas era a de que seria necessário aumentar o número de vagas para atender às demandas da Segurança Pública decorrente do aumento de encarceramentos que inevitavelmente iria ocorrer durante os processos preparatórios para a Copa do Mundo de Futebol naquele mesmo ano. Os encarceramentos ocorridos em decorrência dos programas de combate ao crack lançados pela prefeitura de São Paulo eram citados como principais causas dos rearranjos e transferências de sentenciadas/os de uma unidade para outra.

Feita a partir de dados difusos e conhecimentos capilares, esta nota objetiva somente evidenciar a rapidez com que mudanças implicadas pelas decisões administrativas das Secretarias de Segurança Pública, Administração Penitenciária e outras afetam o cotidiano daquelas que vivem presas em uma unidade como a PFC. Segundo a Secretaria da Administração Penitenciária, em 28 de abril de 2014 a Feminina da Capital era ocupada por 623 pessoas em cumprimento de pena, enquanto que as demais unidades penitenciárias femininas da região metropolitana mantinham mais de mil pessoas presas. A Feminina de Santana, por exemplo, atendia uma população de mais de 2.550 mulheres em cumprimento de pena.

Pequena para os padrões edificados pela política carcerária paulista e ainda sem a presença significativa do Primeiro Comando da Capital como vetor de força antagônico ao Estado, a Penitenciária Feminina da Capital aparece como espaço prisional com mais possibilidades de manejo da rotina segundo os interesses administrativos penitenciários e de segurança pública. Deste modo, a Penitenciária Feminina da Capital torna-se um espaço produzido permanentemente pela profusão de falas que a cercam e que acompanham os trâmites de modificações administrativas. Visitar a Penitenciária Feminina da Capital é sempre visitar uma unidade prisional em projeto, em processo de reformulação. O mesmo não ocorre, com a mesma intensidade, na Feminina de Santana.

I.II DA PRISÃO À PRESÓ: DAS ROTAS AOS MÓDULOS DE DONES DE WAD RAZ E BRIANS

Como explicitado na introdução deste livro, para seguir a caminhada por onde fluíram os enredos desta pesquisa é necessário deixar a Penitenciária Feminina da Capital e passar a transitar por outros endereços que compuseram a feitura da etnografia multissituada. Cabe agora embarcar para Catalunha e visitar outras prisões nas quais não são as "africanas" as estrangeiras presas, antes são estas as "brasileiras".

* * *

Barcelona, novembro de 2011. Acordei sete e meia da manhã. O sol ainda não havia nascido, mas achei que tinha de correr. Imaginava que as presas em regime aberto deveriam começar a sair da prisão nove horas da manhã. Peguei o metrô na Estação Tetuán e saltei na Passeig de Gràcia, onde fiz baldeação para a linha amarela em direção a La Pau. O trem estava tão lotado quanto os trens de São Paulo, e aquela linha, naquele horário, não era tão turística como a outra. Desembarquei na estação Bogatel. Das escadas da estação dava para ver a praia, mas ao mesmo tempo a cidade parecia outra. Os prédios eram mais modernos, havia muitas obras nas ruas e um viaduto de estrutura metálica bem atrás de mim. Não pude deixar de pensar que, pelos próximos meses, aquele seria um caminho recorrente: a caminhada que me levaria, senão à prisão, ao menos para os seus portões. Pelo mapa, antes de chegar à Wad Raz, teria de passar por um colégio na Carrer Pamplona. Quando cheguei próximo ao colégio, vi dois prédios grandes, um de cada lado da rua. Por um instante não consegui distinguir qual era a escola e qual era a prisão, mas logo percebi que em um deles havia uma torre com uma cabine de vidro. Aquele definitivamente era Wad Raz. Cheguei à porta da prisão poucos minutos antes das nove horas. Olhei para o portão bem menor do que os das prisões de São Paulo. O prédio também era menor e bem menos imponente do que os edifícios penitenciários paulistas, sempre cercados de muros e placas com a indicação "área de segurança". Só bem ao lado do portão, tinha uma minúscula placa de cobre com os emblemas da *Generalitat da Catalunya*, do *Ministerio de la Justicia* e o nome *Prisón de Dones de Barcelona*. Tudo escrito em catalão.

Não havia ninguém nos portões, nenhum guarda. Ninguém. Não havia nenhuma mulher também. Atravessei a rua com a proposta de fotografar e observar, mas assim que saquei a máquina fotográfica da mochila escutei a voz do guarda de plantão na cabine de vidro em cima do alto muro da penitenciária: "no se puede fotografíar!". Guardei a câmera e esperei. Em minutos, duas mulheres brancas e maquiadas aparentando ter mais de 50 anos abriram os portões. Levavam bolsas e sacolas. Atravessaram a rua e pararam na esquina oposta a que eu estava. Logo, a elas se juntaram mais outras duas, uma de calça de moletom e boné e a outra carregando um grande saco de lixo. Acenderam cigarros e se fecharam em uma roda para conversar. Aproximei-me e perguntei se aquele prédio era a "Prisón de Dones de Barcelona"

ao que responderam afirmativamente. Perguntei se elas conheciam alguma brasileira presa ali, uma delas então disse: "tiene muchas", e outra: "busca a alguien?". Expliquei quem eu era e o que eu estava fazendo ali, a primeira que havia falado virou-se para mim e disse em português com sotaque nordestino: "pois eu sou brasileira". As outras mulheres foram embora sem se despedir.

* * *

Durante os meses passados em Barcelona, convivi com uma intensa rede de brasileiras presas em regime aberto, semiaberto ou fechado na Catalunha, ou seja, presas em *tercero*, *segundo* ou *primero grados*. Nomenclatura dada pela Lei de Execução Penitenciária da Catalunha aos diferentes regimes de prisão: *primero grado, segundo grado, tercero grado*, são bastante similares ao fechado, semiaberto e aberto da Lei de Execução Penitenciária brasileira, sendo que o *primero* e o *segundo grados* da lei catalã referem-se ao regime fechado. *Primero* e *segundo grados* são distintos pelas condições de aprisionamento: tipos de trabalho oferecidos, pavilhão e celas. O *primero grado* é mais restrito e empreende normas de reclusão mais duras que o segundo. O *tercero grado*, por sua vez, é equivalente aos regimes semiaberto e aberto das leis brasileiras.

Este campo foi iniciado a partir de espaços externos à prisão, tal como o Consulado Geral do Brasil em Barcelona, o Departamento de Justiça da Catalunha e a Pastoral Carcerária de Barcelona. O primeiro dado colhido desse esforço de reconhecimento do campo foi o de ser a estrutura carcerária da cidade de Barcelona fundamentada em leis e regulações específicas à Catalunha, única comunidade autônoma espanhola com leis de execução penal distintas das leis nacionais. Deste modo, todos os elementos descritivos do sistema prisional de Barcelona fazem referência especificamente às prisões e às leis catalãs, não espanholas. Assim também são as palavras usadas ao longo deste texto. Presó (prisão), carrer (rua) e dones (mulheres), por exemplo, são palavras catalãs, não castelhanas. O uso do idioma catalão ao invés do espanhol em todo o sistema prisional denota a especificidade de falar em prisões e leis catalãs.

Em dezoito de outubro de 2011, participei como ouvinte do evento de conferência de lançamento do relatório da investigação realizada pelo Departamento de Justiça do governo catalão: "Estrangers a les presons catalanes".[136] O relatório apresentava resultados da pesquisa feita durante o ano de 2010 sobre o "perfil de estrangeiros presos nas penitenciárias catalãs". Os responsáveis pelo relatório, Manel Capdevila i Capdevila e Jordi Garreta Bochaca,[137] classificaram estrangeiros presos em perfis que graduavam do bom ao mal prognóstico, sendo o bom prognóstico relacionado às "boas possibilidades de retorno ao país de origem" e o mau prognóstico à "fraqueza dos vínculos com o mesmo". O documento, que analisava separadamente

136 Estrangeiros nas prisões catalãs (tradução livre).

137 Manel Capdevila i Capdevila era o então responsável por investigações da área social e criminológica do Centro de Estudos Jurídicos e Formação Especializada da Generalitat de Catalunha. Jordi Garreta Bochaca é professor titular da Faculdade de Geografia e Sociologia da Universidade de Lleida e integrava o grupo de pesquisa sobre interculturalidade e desenvolvimento (GRID).

perfis de homens, de mulheres e de jovens estrangeiros em "situação de cárcere na Catalunha", apontava para o fato de 72% das mulheres serem da Américas Central e do Sul (não havia separação entre as duas regiões do continente americano ou especificação dos países). Destas, mais de 80% estavam, no momento daquela pesquisa, presas por "crimes contra a saúde pública", ou seja, acusadas de envolvimento com o mercado internacional de drogas.

Contatei os pesquisadores responsáveis pela pesquisa e Ramon Parés Galles, diretor-geral dos serviços penitenciários da Catalunha,[138] mas minha entrada nas instituições penitenciárias femininas de Barcelona como pesquisadora foi vetada por Ramon, que disse ser "o trabalho de investigação realizado pelo Departamento de Justiça da Catalunha suficiente para os objetivos dos Serviços de Execução Penitenciária da comunidade". Entrei em contato, portanto, com Julio César Zino Torraza, técnico da subdireção geral de reabilitação dos Serviços Penitenciários e professor titular de antropologia da Universidade de Barcelona. Julio Zino me ajudou a mapear quantas brasileiras estavam, naquele momento, presas nas instituições penitenciárias da Catalunha. Em 4 de novembro de 2011 havia 23 brasileiras nas prisões catalãs: oito em regime fechado na Penitenciária de Brians (Barcelona); nove em regime aberto (apenas dormem na penitenciária) na Penitenciária Wad Raz (Barcelona); quatro à espera de julgamento no setor de presos provisórios de Wad Raz (Barcelona); uma em regime aberto na penitenciária de Ponent (Lleida); e uma em regime aberto na penitenciária de Tarragona (Tarragona). A partir desse mapeamento comecei a pesquisa etnográfica com brasileiras presas em regime aberto na Penitenciária de Wad Raz.

Uma das mais antigas unidades prisionais de Barcelona, Wad Raz fica localizada em Bogatel, próxima ao centro e à praia. Na manhã do dia 5 de novembro de 2011, fui até os portões da penitenciária e aguardei que começassem a sair pessoas presas em regime aberto na Presó de Dones de Wad Raz. Começava ali a pesquisa. Conheci a primeira das oito brasileiras presas em Wad Raz, que, por sua vez, apresentou-me a toda uma rede formada pelas pouco mais de 20 brasileiras detidas em Barcelona, 19 acusadas de comércio transnacional de drogas, uma acusada de administrar um apartamento para atendimento de serviços sexuais e outra por falsificação de documentos para recebimento de benefícios, como aposentadoria, de pessoas mortas.

Mas até então eu apenas poderia conversar com aquelas que passavam o dia na rua e voltavam à Wad Raz para jantar e dormir. Com elas, frequentei *kebabs*, ou seja, os restaurantes árabes baratos da cidade, cafés, locutórios ou *lanhouses* e, por fim, a igreja do Padre Jesus, capelão nos módulos femininos da Pastoral Carcerária de Barcelona. Foi durante um encontro com Padre Jesus que apresentei a pesquisa em andamento e propus que entrasse na unidade penitenciária de Brians junto com a Pastoral Carcerária, tal qual vinha fazendo nas prisões paulistas. A proposta foi aceita por ele e, por fim, de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012, realizei visitas aos módulos da penitenciária feminina de regime fechado de Brians: Dones I e II.

138 Cargo equivalente ao de Secretário-Geral da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

* * *

Mais um sábado. A cena se repetia tal qual em São Paulo. Às nove horas da manhã teria de estar em frente à igreja da qual Padre Jesus é encarregado. O inverno deixava escuras as ruas de Barcelona e o trajeto não precisaria ser de metrô. Seria uma caminhada de vinte minutos que passaria obrigatoriamente pelo grande prédio do Palácio da Justiça de Barcelona e pelos pequenos escritórios de atendimento a pessoas presas e egressas do sistema prisional catalão. Naquele dia ainda não tinha clareza de que meu quarto alugado em um apartamento próximo ao Arc Del Triounf estava cercado de todas as repartições públicas responsáveis pelas produções de prontuários, fichas criminais, pesquisas jurídicas, entre outros serviços necessários para a manutenção do aparelho penitenciário da Catalunha. Diferente das penitenciárias de São Paulo, em Barcelona, assistentes sociais, psicólogos e juristas não trabalham em um pavilhão administrativo dentro da prisão, mas em escritórios separados e específicos para cada atendimento das pessoas em cumprimento de pena que, em segundo ou terceiro graus, vão até eles. Nos escritórios situados às margens do Palácio da Justiça – onde ocorrem julgamentos e são proferidas sentenças – são definidos os "destinos", como a Lei de Execução Penitenciária da Catalunha nomeia os resultados das avaliações criminológicas e comportamentais das presas (e presos). Destino é o nome dado à definição do lugar que cada pessoa presa ocupa na penitenciária: seu pavilhão, sua cela, seu trabalho, suas funções e horários cotidianos, os cursos que pode ou não fazer, enfim, o destino de sua vida durante a pena. Destinos vêm impressos em boletins que, como os escolares, apontam conceitos do "A" ao "F". Notas atribuídas aos indivíduos por meio de avaliações bimensais feitas sobre critérios como "comprometimento com as atividades da prisão" e "comportamento". São estas notas que definem os graus do cumprimento da pena, se em *primero* ou em *segundo grado* e, de mesmo modo, são estas graduações que definem a qualidade dos trabalhos e atividades disponíveis a cada pessoa sentenciada. As avaliações bimensais podem significar tanto progressão ao *segundo grado* como regressão ou permanência no primeiro.

Seguindo o trajeto pela ampla passarela cercada de edifícios da justiça, das assistências sociais e das avaliações psicológicas, encontrei um dos já conhecidos moradores de rua da região. O alemão que escolhera viver nas ruas de Barcelona, por serem mais quentes, levava, em seu carrinho de supermercado, o cachorro e o gato, ambos bem agasalhados, e bebia café para afugentar o frio. A estátua viva também se preparava para receber os turistas que começariam a chegar em poucas horas. Maquiava-se e vestia a pesada fantasia do dia. Ele seria o alienígena de um dos tantos filmes futuristas norte-americanos: o Alien que não falava inglês ou catalão.

Cheguei à igreja da Plaça Universitat e esperei pelo horário marcado. Em poucos minutos a garagem eletrônica se abriu. De lá saiu o carro que levava o Padre Jesus e o seminarista que o acompanhava em todas as suas ações religiosas. Entrei no carro do padre, que conversava com o seminarista sobre os altos preços da gasolina. "Quando eram pesetas tudo era mais barato. Os preços da gasolina no Brasil estão

melhores do que aqui, Natália?". Todos os sábados, durante os mais de 25 quilômetros da Igreja até a estação de trem Martorrell, na cidade de Sant Esteve, Padre Jesus vinha conversando comigo sobre economia, política, igreja católica e a atuação da Pastoral Carcerária. Parecia estar em busca de uma perspectiva comparada entre "Brasil" e "Catalunha". Quando chegávamos à Martorrell, entretanto, a conversa mudava para enfoques bem mais locais. Naquela estação, juntavam-se a nós a enfermeira Ana e a produtora de cinema independente Ignez, as duas únicas voluntárias da Pastoral Carcerária da Catalunha a fazerem visitas semanais aos módulos femininos da Penitenciária Brians II, situada a outros mais 20 quilômetros dali. O carro cheio sinalizava que era momento de discutir os afazeres de cada um naquele dia de visita. Ignez sempre era responsável por tocar violão durante as missas, Ana ficava incumbida de conversar com as meninas internadas na enfermaria para averiguar se elas precisavam de remédios, roupas, cartões telefônicos. Padre Jesus pediu que eu fizesse o mesmo que Ana, mas com as brasileiras presas em regime fechado na principal penitenciária da Catalunha. O padre esforçava-se em unir habilidades e interesses de cada um dos ocupantes do carro que com ele visitavam as amplas instalações da penitenciária, a qual, como algumas prisões paulistas, estava construída no quilômetro 23 de uma estrada vicinal, sem fácil acesso a nenhuma cidade vizinha. As atribuições eram feitas durante um longo percurso de serra que nos distanciava da paisagem urbana. Em troca ao acesso à penitenciária, Padre Jesus pedia que acompanhássemos a missa.

O carro parou no estacionamento com vagas demarcadas em frente ao edifício de Brians II. Retiramos do porta-malas violão, artefatos para a improvisação de um altar nas salas de aula dos pavilhões e, por fim, a pesada mochila recheada com cartões telefônicos internacionais, cadernos, canetas, roupas, sapatos e produtos de higiene pessoal. Todos os artigos que acompanhavam Padre Jesus durante suas visitas e que eram dados, principalmente, às recém-chegadas em Brians. Seguimos caminhando até a primeira portaria da unidade prisional. O padre, o seminarista, Ana e Ignez mostraram suas identificações e eu, meu passaporte. Apesar de haver um livro de registros de capas duras sobre o balcão da portaria, nenhum nome, nenhuma data ou horário foram registrados, apenas o cordial cumprimento de Padre Jesus ao funcionário da penitenciária foi suficiente para que nossa entrada pelas primeiras catracas fosse liberada.

Andamos pelo curto corredor que liga a entrada ao salão onde familiares, amigos, namoradas(os) esperavam pacientemente serem chamados pelo alto-falante aos turnos das visitas semanais que ocorrem aos sábados e domingos. Em Brians, familiares passam o dia aguardando pelo turno do módulo (ou dos módulos) a que pretendem visitar. Os encontros semanais duram 20 minutos e são feitos em cabines com vidros perfurados que separam e comunicam visitantes e visitados. O sempre cheio salão de espera comporta, também, os guichês de pecúlio de Brians, quer dizer, guichês de recebimento e pagamento de dinheiro, já que muitas das pessoas em cumprimento de pena são empregadas em oficinas de trabalhos prisionais.

As oficinas e o oferecimento de trabalho dentro das prisões catalãs são fartos e muito representativos para manutenção da vida cotidiana. O que chamava atenção nas narrativas sobre os trabalhos nas prisões eram os salários a eles atribuídos. No caso das oficinas dos módulos masculinos, as interlocutoras dessa parte da pesquisa diziam que os pagamentos podiam ultrapassar 1.000 euros. Ainda segundo elas, muitos presos tinham mais condições de sustentar suas famílias de dentro da prisão do que fora dela. E, de fato, os contrastes entre as possibilidades de sustento familiar vivenciadas dentro e fora da prisão ficaram ainda mais patentes durante a visita às casas de familiares de espanholas presas no Brasil. Em duas dessas famílias todos os filhos estavam desempregados e, por essa razão, haviam retornado à casa dos pais com seus filhos e cônjuges. Outro dado sobre as oficinas de trabalho e os salários se apresenta como ainda mais significativo para o objeto desta pesquisa: a diferença entre salários nas oficinas de trabalho dos módulos masculinos e femininos.

Enquanto a remuneração nos módulos masculinos podia alcançar o patamar de 1.000 euros, nos femininos o soldo máximo era de 700 euros. As interlocutoras declaravam receber, no momento da pesquisa, entre 70 e 300 euros. A relação heterossexual, nesse registro, representava incremento dos ganhos financeiros. No hall de entrada de Brians, era comum ver esposas, namoradas, filhos e companheiras indo sacar alguma quantia do salário pago aos presos empregados em oficinas de trabalho no guichê do pecúlio. Ao contrário do que via acontecer em São Paulo, em Brians a fila para depósitos era menor que a fila para saques.

O salão era ocupado por mulheres, homens e crianças ciganas, bolivianas, romenas, brasileiras, marroquinas… A fila da visita de Brians ilustrava por quais endereços passavam as políticas de aprisionamento espanholas e catalãs. As portarias das prisões de Barcelona mostravam-se extensões dos portões de imigração dos aeroportos espanhóis e, também, zonas de contenção das tradicionais incômodas populações europeias que intersectam raça, classe, língua, localidade e mobilidade de modo a borrarem as fronteiras tão caras às formações dos "Estados Nacionais europeus".[139] Nada muito diferente das penitenciárias paulistas.

Segundo relatório sobre estrangeiros presos em centros penitenciários da Catalunha, produzido pelo Centro de Estudos Jurídicos do Governo Catalão, ficaram presas em prisões da Catalunha, entre os anos 2008 e 2011, 623 pessoas provenientes de países do Norte da África, como Marrocos e Argélia, 415 pessoas oriundas das Américas Central e do Sul, como El Salvador e Bolívia, e 297 vindas de outros países da União Europeia, como Romênia. Significativo dizer que o relatório não faz apontamentos específicos acerca das nacionalidades, mas baliza suas análises a partir de dados formulados por meio de "regiões geográficas". Não há como saber, portanto, o número de equatorianas presas em Barcelona e compará-lo ao de brasileiras ali detidas, por exemplo. O relatório indica que há um significativo número de mulheres "latinas" – tal como são identificadas naquele documento – presas nos módulos

139 Wacquant (2001).

femininos das penitenciárias catalãs. Tal dado remete às análises de Díaz-Cotto[140] sobre o impacto das políticas de "guerra às drogas" em populações específicas. A autora analisa o aumento de "latinas" nas prisões norte-americanas e europeias. Ela argumenta que se as políticas de criminalização dos governos das Américas do Sul e Central recaem, principalmente, sobre as populações pobres e racializadas dentro dos próprios países, o incremento das políticas transnacionais de combate ao mercado de drogas acaba por criminalizar toda a América Latina. Este processo, segundo Díaz-Cotto, leva ao encarceramento em massa de mulheres oriundas dessas regiões, assim como do continente africano.[141] De mesmo modo, Dolores Juliano[142] argumenta que o crescente número de "latinas" presas na Espanha resulta de incisivos processos de criminalização das ações e das redes de ajuda, como são a prestação de serviços sexuais e o mercado de drogas, acionados pelas mulheres imigrantes. A estes processos, Juliano relaciona práticas de encarceramento nacionais e catalãs que afetam estrangeiras/os, mas também, ciganas/os: população sobre a qual historicamente recaem altos índices de aprisionamento na Espanha.[143]

Naquele sábado, em companhia do Padre Jesus e dos voluntários da Pastoral Carcerária de Barcelona, para entrar no módulo de Dones da penitenciária de Brians seria necessário atravessar, portanto, o hall lotado de pessoas que materializam em seus corpos, por meio de seus idiomas, suas raças, seus países "de origem", intersecção entre processos de estado e criminalização de populações específicas. Naquele hall de entrada, ficava claro que ser brasileira na Catalunha significava, antes, ser "latina" na Europa. Sobre esta produção de diferença iria recair a rotina de minha entrada na penitenciária através da apresentação de meu passaporte na principal portaria daquela instituição.

* * *

Localizada no salão de recepção dos visitantes, a portaria principal dava acesso aos pátios externos dos pavilhões das moradias. Não havia filas. Ao contrário dos dias de visitas religiosas nas prisões de São Paulo, em Barcelona a "missão evangelizadora" consistia quase que exclusivamente na atuação dos três padres da Pastoral Carcerária, que se dividiam como capelães de todas as penitenciárias catalãs. Éramos, portanto, os únicos a passar pelo guichê de atendimento, que, revestido com vidros blindados, reservava uma gaveta passa-volumes para entrega e devolução dos documentos. Nesta, Padre Jesus, o seminarista, Ana e Ignez depositaram suas DNIs (Documentos Nacionais de Identidade) e eu, o passaporte, documento que implicava em maiores explicações por parte do Padre Jesus e especial atenção por parte do atendente da guarita.

140 Díaz-Cotto (2005).
141 Sudbury (2005).
142 Juliano (2012).
143 Imaz e Martín-Palomo (2007).

O padre explicava que minha presença havia sido autorizada pela direção da penitenciária e que havia um papel no arquivo da portaria onde estavam registrados todos os sábados em que eu estaria presente nas visitas da Pastoral Carcerária Catalã. O funcionário, contudo, teria de buscar este documento em meio à infinidade de papéis que se acumulavam sobre o balcão. Padre Jesus esticava o pescoço e procurava a autorização impressa do lado de fora da cabine envidraçada, e, por conhecer bem o formato do documento, timbres, carimbos e marcas de caneta que a folha levava, o encontrava de modo a, rapidamente, o indicar ao plantonista da portaria: "aí está, aí está!". Todos os sábados, de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012, a cena se repetiu: da afobação do padre em encontrar o papel que autorizava minha entrada à desconfiança do examinador daquele raro documento que permitia a uma brasileira entrar naquela prisão em companhia da pastoral. A revista em Brians consistia nesse processo de folhas, carimbos, canetas e nacionalidades que não tocavam o corpo, mas ainda assim o fiscalizavam.

Passadas as entradas, restava agora o costumeiro café da manhã oferecido pelo padre aos seus acompanhantes. Subíamos pelas estreitas escadas do pavilhão de suporte e manutenção dos funcionários da instituição e íamos à cafeteria da penitenciária, uma lanchonete privada. Juntos, e por vezes em companhia dos funcionários e diretores de Brians, comíamos Donet's com café "para termos energia!", dizia o padre. Somente após este pequeno ritual é que acessávamos os espaços de convivência que uniam os moradores dos módulos masculinos e femininos da penitenciária. Brians é uma prisão mista. Em suas dependências estão presos homens e mulheres que, apenas se cumprindo pena em *segundo grado*, podem se encontrar em um grande pátio central que dá acesso a todos os pavilhões de moradia. Era por este mesmo pátio que caminhávamos em direção ao módulo Dones I; módulo para presas em *primero grado*, enquanto que pessoas em cumprimento de pena nos módulos masculinos e femininos de *segundo grado* faziam aulas de ginástica postural e dança.

Chegamos ao primeiro portão de Dones I. Padre Jesus tocou a campainha e logo em seguida as grades foram abertas. Teríamos de atravessar mais um pequeno corredor com câmeras até o próximo portão, que se abriu sem que fizéssemos qualquer movimento se não nos aproximássemos. Ao passarmos por ele, estaríamos, aí sim, sujeitos a um processo de revista mais conhecido por mim: nossas bolsas e mochilas foram abertas e revistadas pela guarda de plantão na guarita de entrada do pavilhão de mulheres presas em *primero grado* em Brians. Enfim estávamos aptos para passarmos pelas últimas grades de acesso à prisão, que encontrei pintada de rosa e equipada com telefones públicos e baldes de lixo.

Diferente das prisões paulistas, onde nota-se quem está preso pela camiseta branca e a inconfundível calça amarela, presas e funcionárias, todas sem uniformes, se espalhavam pelas dependências do edifício. Nas primeiras visitas, eu, ainda desembarcando das penitenciárias paulistas, perguntava para o padre enquanto entrávamos no prédio: Já estamos no pavilhão? Já estamos entre as celas? Já chegamos à prisão?

Havíamos chegado à *presó*, respondia-me enquanto me apontava as celas nos andares de cima, que, com as portas abertas, deixavam ver o mobiliário: beliches e mesinhas.

Nas paredes do pavilhão, cartazes lembravam às moradoras de tudo o que era permitido fazer e vestir dentro daquele espaço. Dentre os sapatos, constavam saltos altos e, dentre as vestimentas, jaquetas de couro. A uma paulistana desavisada como eu, Brians não parecia uma prisão, mas sim um colégio interno por onde transitavam meninas com cabelos, roupas e maquiagens impecáveis enquanto que no pátio os homens se exercitavam. Módulos masculinos e femininos eram prédios cinzas e rosas que, construídos próximos uns aos outros, permitiam espiadelas e vigílias de todos por todos.

* * *

Durante as visitas ao módulo de *Dones* com o Padre Jesus, contatei as brasileiras presas em regime fechado, além de conhecer outras duas que haviam recém-ingressado naquela penitenciária. Em todo o período, cinco assinaram a liberdade, sendo que, destas, somente uma voltou prontamente ao Brasil. Acompanhar seus processos de ganho de liberdade permitiu acessar mudanças nas narrativas e perspectivas que eram, em larga medida, referenciadas pelos estágios dos processos penais a que respondiam e as contingências ou circunstâncias de vida decorrentes dos mesmos. Cumprir pena em *primero* ou *segundo grado* significava dormir, trabalhar e se relacionar quase integralmente com pessoas, objetos, espaços, comidas, horários e com toda a organização ordinária particular à prisão. Esta vivência certamente implicava em um maior controle da vida, mas resultava também em certa seguridade.

Em regime fechado, presas que não sabiam falar espanhol ou catalão tinham oportunidade de aprender as duas línguas e, do mesmo modo, oportunidade de trabalharem e caminharem com mais tranquilidade pelos ambientes prisionais percebendo, inclusive, seus lugares de frouxidão. No caso de Brians, eram os relacionamentos heterossexuais grandes indicadores dos lapsos de liberdade: das oportunidades de trocas, da constituição de novas redes de ajuda e da possibilidade de mudança de perspectiva da prisão para migração por meio da constituição de um matrimônio com um preso "europeu", "espanhol" ou "catalão".[144] Desta forma, para as brasileiras presas em Bacelona, o cumprimento da pena em *primero grado* denotava que menos saídas aos dispositivos de controle da prisão poderiam ser acionadas.

Todas as pessoas que entram em Brians para cumprir uma sentença são, a princípio, direcionadas aos pavilhões de *primero grado*. A avaliação feita periodicamente por uma "junta de tratamento" composta de assistentes sociais, psicólogos, funcionários da penitenciária e antropólogos[145] define a progressão ou não para os

144 Abordarei especificamente esta questão no sexto capítulo.

145 A posição ocupada por antropólogos nas juntas de tratamento do sistema penitenciário catalão é análoga à dos psicólogos e assistentes sociais nos setores de reabilitação das penitenciárias paulistas. Mais do que isso, os antropólogos podem ocupar cargos de chefia dentro das juntas de tratamento, sendo incumbidos, por exemplo, de avaliarem o próprio trabalho de seus colegas. Este é o caso de Julio Zino Torrazza, de quem falei acima e quem muito me ajudou no desenvolvimento desta pesquisa. A atividade

sobre_casos_05.indd 75 15/10/2018 10:52

pavilhões de *segundo grado*, nos quais são mais e melhores as atividades de trabalho, escolares e de lazer. Cumprir pena em *primero grado* na Catalunha é análogo a cumprir a pena em castigo em São Paulo. A prisão em *segundo grado* oferece mais trânsito pelas dependências do edifício penitenciário e, por isso mesmo, mais acesso às informações que possam ser agenciadas na negociação da vida cotidiana dentro da prisão. Poder fazer aulas de dança ao lado das atividades de ginástica oferecidas aos homens, por exemplo, é, nesse contexto, poder manter mais facilmente relações de trocas que intersectam sexo, afeto, dinheiro, prisão e liberdade.

* * *

Em fevereiro de 2012, completavam cinco meses do período de etnografia feito em Barcelona. O campo, contudo, seguiria por meio das trocas de mensagens eletrônicas, dos retornos ao Brasil, dos novos encontros na Espanha possibilitados por uma viagem minha ao país em setembro de 2013. Naquele momento, entretanto, a mim só restava embarcar.

I.III VOLTAR À PRISÃO: DOS CAMINHOS DA PENITENCIÁRIA FEMININA DE SANTANA

Março de 2012. Voltei à Penitenciária Feminina da Capital. Passei algumas vezes mais pelos portões, entrei nos pavilhões em frente à capela e ao motelzinho. Mas Lídia, Lola, Pedro Paulo, Denise e Danielle já não estavam lá. Mãe e filha, assim como as duas irmãs, haviam sido transferidas, junto com a grande maioria das brasileiras presas na PFC, para a Penitenciária Feminina de Santana. Pedro Paulo, após anos e muitos cumprimentos de penas reincididas, havia ido para a Penitenciária Feminina do Butantã para terminar de cumprir sua pena em regime semiaberto. Outras tantas, minhas conhecidas, haviam ganhado a liberdade ou sido transferidas para o Centro de Ressocialização de Itapetininga.

Campo dinâmico este das prisões que circulam.

Na Penitenciária Feminina da Capital, cada vez menos se escutava português. Nos pavilhões, quando muito, as palavras eram proferidas com o esforço particular daqueles que se empenham em ser compreendidos. Falava-se inglês. Uma polissemia de acentos e sotaques em idioma inglês mediada pelas interlocuções feitas a partir das multiplicidades possíveis das línguas. Falava-se castelhano. Múltiplas formas de falar castelhano enredadas pelas complexidades fronteiriças das diversas Américas do Sul. Afinal, na Penitenciária Feminina da Capital, as estrangeiras oriundas de países

dos antropólogos nesta pesquisa tornou-se um dado curioso inclusive no que tange à possibilidade de análise do lugar que eu, como antropóloga, ocupo nos corredores e nas celas das prisões paulistas. Procuro fazer uma breve consideração sobre o assunto no capítulo a seguir.

como Bolívia, Colômbia e Peru não eram todas equalizadas através do genérico termo "latinas".

Como traduzir, portanto, para as muitas línguas faladas nos pátios da PFC o nome de Quitéria, de Pedro Paulo, de Lídia? Como tramar as "disciplinas" e os "procederes" do polissêmico Primeiro Comando da Capital? Certamente tramava-se, traduzia-se. Mas fato que eu me transferi com Lola, Lídia, Denise e Danielle para outra prisão. Fato que transferências e liberdades me fizeram circular pelas ruas da cidade de São Paulo junto com aquelas que, agora, iam mensalmente à Defensoria Pública assinar a liberdade condicional. Deixei Quitéria e tantos outros nomes naquela que foi o ponto de partida destas histórias de prisões, de vínculos e desvínculos. Circulando com quem me levava a transitar, saí de Brians e entrei na Penitenciária Feminina de Santana construída logo ao lado da Feminina da Capital. No mesmo terreno, mesmo quarteirão. Tão distante, contudo, encontraria Lola entre os corredores em que "mulher de bandido" é sim "bandida" e onde Lídia não era mais a "disciplina do pavilhão", mas só mais uma velha que, escondida, fumava um baseado nos cantos do pátio. Encontrei-a entre paredes construídas pelos concretos das torres por onde não andam guardas armados, mas por onde o PCC se faz na forma-prisão.[146]

* * *

Cumprimentei o agente de segurança da primeira portaria: "pode entrar, menina". Não pediu que me identificasse, ao contrário. Veio logo me dizer que a cachorra havia morrido. Uma vira-lata velha e gorda que morava no pátio externo da prisão. Farejava os visitantes e às vezes até abanava o rabo. Costumava brincar com os cachorros dos moradores de rua que buscam guarida da chuva na ostentosa entrada da Penitenciária Feminina de Santana. Tinha pouco mais de 10 anos e parecia estar cansada. Já não corria de um lado para o outro das dependências administrativas da penitenciária. Havia semanas em que eu a via sempre deitada, aproveitando a sombra dos portões da PFS. Por fim, tinha morrido. "Melhor assim", respondi ao agente, "ela estava mesmo cansada". O agente de segurança consentiu enquanto tomava café quente no copo plástico, "mas ela faz falta", contestou.

Continuei o caminho pelo amplo corredor que liga a entrada da penitenciária à portaria de revista do edifício desenhado pelo arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo em 1911. No passeio entre as duas portarias é possível observar as marcas da história do prédio que até hoje é conhecido por funcionários do sistema penitenciário, assim como por quem ocupa, ocupou, visita ou visitou suas celas e pavilhões, como Penitenciária do Estado. A falta de especificação de gênero no antigo nome da instituição revela que aquela era uma das mais importantes penitenciárias masculinas do estado de São Paulo. Acompanhando o processo de interiorização das instituições

146 Falarei especificamente da trajetória de Lídia e Lola, assim como de outras personagens que compõem com elas uma complexa trama familiar, no quinto capítulo. Além disso, as pontas soltas deste parágrafo, a relação (justaposição) entre PCC e gestão da forma-prisão, serão analisadas no quarto capítulo.

prisionais masculinas, a então Penitenciária do Estado deu lugar, em 2005, à Penitenciária Feminina de Santana, que viria ser a maior penitenciária feminina da América Latina, com aproximadamente duas mil e quinhentas pessoas distribuídas em seis raios dos três pavilhões de moradia.[147]

Naquele sábado, antes mesmo de chegar ao setor das revistas da PFS, percebi que o processo de entrada à prisão seria especialmente moroso. Estacionado no passeio externo, estava um ônibus branco escrito em vermelho: "Igreja Universal do Reino de Deus. Mutirão evangelizador". Se costumeiramente os missionários das diversas igrejas evangélicas demoravam durante a revista devida grande quantidade de instrumentos musicais e pequenos púlpitos de madeira com que cada "evangelizador" pleiteava entrar na capela, nos pátios e corredores da penitenciária, o que esperar em um dia de "mutirão evangelizador"? Sentei em um dos bancos de cimento em frente ao guichê de atendimento aos visitantes e aguardei por pouco mais de uma hora até que todos os integrantes do mutirão tivessem entrado. À minha frente havia mais três voluntários da Igreja Batista, um senhor, sua esposa e seu filho que, juntos, faziam visitas às prisões femininas de São Paulo levando com eles um violão e músicas gospel. Como sempre, enquanto aguardávamos, trocamos algumas palavras que, simultaneamente, desviavam e tencionavam o tema pungente em nosso encontro: as religiões de cada um dos ocupantes da fila.

Minhas entradas pelos portões da Penitenciária Feminina de Santana, diferente de minhas caminhadas à Penitenciária Feminina da Capital, foram sempre perpassadas pelo fato de que ali eu era uma representante da Pastoral Carcerária cadastrada e portadora de documento emitido pela Secretaria da Administração Penitenciária que me identificava como "agente pastoral". Por mais que tentasse desviar do tema, era a inscrição religiosa que me possibilitava atravessar as sequências de portarias até alcançar os pavilhões de convívio e moradia da prisão. A cédula de identificação de "agente pastoral" assim como meu corpo e os materiais que eu carregava para minhas visitas semanais àquela unidade prisional eram, entretanto, polissêmicos. Diferente dos missionários das diversas igrejas evangélicas e do pequeno grupo de espíritas kardecistas, os "agentes pastorais" não se apresentam ao guichê de entrada das prisões de modo uniformizado.

Para ser "agente pastoral" é necessário fazer um curso de dois dias nos quais são feitos leituras e debates de trechos da bíblia e esclarecimentos sobre a LEP – Lei de Execução Penal. O conteúdo e o cronograma do curso já ilustram demandas de atuação desses "agentes pastorais" que não são, obrigatoriamente, católicos. Demandas de atuação que por vezes são contraditórias entre si.[148] Dentre as agentes, que todos os

147 Em 17 de julho de 2017, no site da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo, constava que a Penitenciária Feminina de Santana, com capacidade para 2.696 vagas, estava ocupada por 2.062 pessoas em cumprimento de pena. Disponível em: <www.sap.sp.gov.br>.

148 Uma das missionárias mais ativa da Pastoral Carcerária e da Pastoral da Mulher contou-me, por exemplo, que a Pastoral da Mulher comprava com o dinheiro vindo da arquidiocese grandes montantes de camisinha para distribuir às trabalhadoras do sexo e moradoras das ruas do centro de São Paulo.

sábados vão às visitas religiosas nas Penitenciárias Femininas de Santana e da Capital, estão madres, beatas, missionárias, senhoras moradoras de bairros da periferia que ingressaram na pastoral devido à experiência passada de aprisionamento de filhos, filhas ou amigos. Também estão advogadas e advogados (aposentados e na ativa), ativistas de defesa dos direitos humanos, estudantes de direito, voluntários sem qualquer relação aparente direta com as prisões ou com a religião católica, estudantes de pós-graduação, como eu, que realizam pesquisa nas prisões, entre outros. Nenhuma dessas categorias, criadas por meio de primeiras impressões ou estatutos de atuação define, entretanto, quem são as pessoas que se dispõem a visitar semanalmente prisões femininas, masculinas, centros hospitalares, de custódia e unidades prisionais para policiais. A tentativa de separar o curso em dois dias, um religioso e outro jurídico, assim como de especificar indivíduos "agentes pastorais", nada mais é do que a tentativa de visibilizar linhas de uma complexa trama de relações estabelecidas entre religião, política, militância, pesquisa, voluntarismo, amizade, interlocução e biografia. Nenhuma dessas instâncias se faz mais ou menos forte na atuação da Pastoral Carcerária como "entidade social". A tensão entre os fios e quais dentre eles se destacam é dada pelas relações interpessoais estabelecidas entre agentes e entre agentes e presas ou presos.[149]

Era minha vez de entregar à revista os documentos e qualquer outra coisa com a qual intencionasse entrar na prisão. Do lado esquerdo do balcão deixei minha mochila que foi guardada junto a inúmeras outras no chão da sala das revistas. Do lado direito coloquei meu caderno, uma caneta *bic* transparente, minha carteirinha da pastoral carcerária e minha carteira nacional de habilitação. Tudo foi verificado pelos agentes de segurança, sendo que caderno e caneta passaram, ainda, pela máquina de raios X. Enquanto os objetos eram examinados, passei para o posto seguinte, local onde pegaria o caderno com pouquíssimas anotações: nomes e pavilhões, além da caneta transparente. Com posse de meus pertences, minha carteirinha e minha cédula de identidade, passei para a sala seguinte, na qual seria eu a examinada.

A uma terceira agente de segurança entreguei a carteirinha da pastoral carcerária, que a arquivou junto de um livro de capas pretas onde meu nome foi anotado abaixo da data daquele dia e ao lado do horário de minha entrada. Tirei brincos e anéis, coloquei-os sobre o meu caderno de capas verdes no segundo balcão, bem ao lado do detector de metais. Passei por ele, que, por fim, não emitiu qualquer som; afinal, após tantas idas às prisões, aprendi que, para não haver problemas na portaria de entrada, é necessário vestir-se com calças ou bermudas (abaixo do joelho) lisas, ou seja, sem botões ou zíper de metais que não sejam das cores bege ou amarela – cores das calças que, usadas junto às camisetas brancas, compõem o uniforme de identificação das pessoas em cumprimento de pena em regime fechado no estado de São Paulo.

Sem percalços na revista, recolhi minhas coisas no balcão e segui por um corredor estreito até a terceira portaria, onde entregaria minha carteira de habilitação

149 Presas e presos, por vezes, tornam-se "agentes pastorais" ao preparar lista de inscritos para a missa, organizar dossiês com denúncias de abusos, torturas e insalubridade dos espaços físicos da prisão, por exemplo.

sobre_casos_05.indd 79 15/10/2018 10:52

ao agente de segurança responsável pelo arquivamento de todos os documentos dos visitantes. Mais um portão foi aberto e, por fim, cheguei ao grande largo da antiga Penitenciária do Estado, onde vivem patos e gansos que, tranquilamente, se refrescam numa pequena fonte de água – composição do cenário arquitetônico do edifício no qual estão registradas, bem no topo, as seguintes palavras "Aqui o trabalho, a disciplina e a bondade resgatam a falta cometida e reconduzem o homem ao convívio social".

Sob estes dizeres, neste mesmo pátio, meninas vestidas com calças beges ou amarelas e camisetas brancas passavam levando pesados carrinhos carregados com pás, materiais de jardinagem, de limpeza e lixo. Trabalhavam na manutenção da prisão. Alheio a todo o movimento estava, ainda, um grupo de voluntárias da Igreja Deus é Amor, que, reunidas em um círculo hermeticamente fechado, realizavam as orações para darem início aos trabalhos de evangelização daquele sábado. Minha caminhada até o portão térreo do prédio de entrada aos pavilhões passava por patos, gansos, evangelizadoras e meninas presas. Naquela penitenciária, como "agente pastoral", diferente do que ocorria na PFC, não precisava apresentar-me às assistentes sociais e psicólogas no setor de reabilitação da instituição, situado nos primeiros e segundos andares daquele prédio. Na Penitenciária Feminina de Santana, de porte de minha relação com a Pastoral Carcerária, segui o caminho para os raios, corredores e as celas de convívio. Teria, entretanto, de passar ainda por outros muitos portões.

O edifício da Penitenciária do Estado foi construído de modo a distribuir paralelamente três pavilhões cortados por um amplo corredor central que os divide em seis raios. O trajeto pelo corredor implica, portanto, nas passagens pelos portões de acesso de todos os pavilhões da carceragem. Como naquele sábado iria para o terceiro prédio de moradia da prisão, teria de passar pelos portões de entrada e saída da enfermaria, entrada e saída dos primeiros e segundos pavilhões para, enfim, chegar ao terceiro. Em cada uma dessas passagens teria de informar meu destino às agentes de segurança das "gaiolas" formadas pelas grades que interrompem a caminhada dos visitantes.

Passei pela portaria da enfermaria e segui pela parte mais silenciosa do longo caminho de ligação entre todos os espaços internos da penitenciária. Nas paredes daquela passagem se encontravam banheiros, salas de depósitos ou outras de aspecto abandonado. Um corredor vazio se comparado aos demais nos quais, nas paredes, estavam as janelas de ligação entre os raios par e ímpar de cada pavilhão. Divertia-me quando, no caminho de um pavilhão para o outro, podia ouvir conversas, brigas e cobranças de dívidas.

Cheguei ao primeiro portão do primeiro pavilhão e apresentei-me à agente de segurança, que o abriu e o fechou logo em seguida. Como de costume, velas acesas iluminavam a imagem da Santa Maria. A cena se repetia em todos os vãos de entrada dos pavilhões: duas agentes de segurança, uma em pé e de guarda para abrir e fechar os portões, a outra sentada atrás de uma mesa, responsável pelo livro de capas pretas recheadas com folhas pautadas, nas quais entradas e saídas, assim como datas e horários, deviam ser anotadas em meio ao frenético trânsito de funcionários, visitantes, presas indo e vindo do trabalho, da escola, do atendimento médico, psicológico…

Bem acima da mesa, pregados na parede, um relógio de ponteiros e um altar com a imagem de Santa Maria e velas, sempre acesas. Após perguntarem para onde eu estava indo, abriram o segundo portão para que eu pudesse seguir até o hall do segundo pavilhão e fazer a mesma parada para só então seguir a caminhada, que seria interrompida, ainda, pelos maços de cigarro arremessados de uma janela do raio par a outra do raio ímpar do pavilhão dois. Por fim, quase duas horas depois de ter sido informada da morte da cachorra vira-lata nos portões da Penitenciária Feminina de Santana, posicionei-me na fila que formava diante da mesa da agente de segurança portadora do caderno preto do pavilhão três.

"Raio par ou raio ímpar?", perguntou. "Raio par", respondi, apontando para os portões de grade à esquerda. "Nome?"; "Natália Corazza Padovani". Anotou abaixo da data, ao lado da hora. Deixou-me entrar.